

A UNIVERSIDADE COMO ÁREA DE INFLUÊNCIA, NO OLHAR DE UM GUARANI

Osias Awá-Mboparadjú Guarani Ramos **Sampaio**¹

Introdução

Sou guarani, da etnia nhandéwa, moro na cidade de Santa Amélia, Norte do Paraná, e pertenço à Terra Indígena Laranjinha, localizada neste município. Sou formado em jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Ingressei no curso, em 2004, por meio do Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná, e em 2010 concluí a graduação.

Na história da minha comunidade, de modo geral não se pensava na possibilidade de o índio ter uma formação de nível superior. No entanto no ano de 2001 o governo do Paraná publicou uma lei² reservando aos povos indígenas do estado vagas nas universidades estaduais. Eu particularmente mesmo morando na cidade nunca tinha desejado fazer um curso superior, e nem mesmo gostava de estudar, apenas gostava de ler livros e revistas. Fazia isso emprestando livros da biblioteca de uma escola pública da cidade e sempre que sobrava um dinheiro eu comprava revistas de tema rural ou de tema científico. Um costume que eu tinha quando lia livros era anotar em uma folha separada as palavras que eu não conhecia o significado para procurar depois o significado, depois passei a anotar não somente a palavra desconhecida, mas a frase toda em que a palavra aparecia, para saber em que contextos tal palavra era usada. Lembro-me que quando lia as revistas científicas, por exemplo, percebia que tinham textos simples, fáceis de entender, e, no entanto, eu não conseguia escrever igual. Isso me deixava intrigado.

Antes de ingressar na universidade eu sabia usar o computador e alguns programas, como o Photoshop, e esse por curiosidade, mas não tinha e nem sabia usar celular e e-mail. Esses, na época, eram tecnologias praticamente desnecessárias ou inacessíveis para muitas pessoas em uma cidade pequena.

¹ Universidade Estadual de Londrina, Brasil.

² Lei Estadual Nº 13.134, de 18 de abril de 2001.

Foi na universidade que tive meu primeiro e-mail e um celular. E foi por estar na universidade que aquilo que antes era impensável ou improvável se tornou realidade, como conversar com pessoas que eu considerava importantes como autoridades, políticos e cientistas, palestrar em eventos e participar da publicação de livro. Um fato interessante foi que antes de ingressar na universidade eu ouvia a Radio UEL FM (na época se chamava Universidade FM), que tem uma programação musical excelente. Às vezes eu pensava em ligar para a Rádio a fim de pedir informação sobre músicas, mas não tinha muita coragem, considerando o nível da Rádio e o meu receio de cometer algum erro ao telefonar. Posteriormente quando estudava na UEL fui convidado a fazer atividade nessa rádio. Nunca pude imaginar que um dia eu teria acesso diário na redação e fazer matérias e atividades em uma rádio da qual eu gostava, mas não tinha nem coragem de fazer um contato por telefone.

A minha vida com relação ao meu povo, antes de ter a formação superior, se resumia em frequentar a aldeia para conversar com amigos, visitar parente, se banhar no rio, aprender o guarani e coisas assim. Eu não lutava nas questões indígenas, inclusive porque não tinha muito conhecimento sobre os problemas que atingiam nosso povo e os povos parentes no país.

E minha vida na área do trabalho era fazer desenho e pintura de maneira autodidata, trabalhei na roça, na construção civil, em confeitaria e em estamparia; mas desenhar, foi a minha especialidade, e nesse ramo tentei o desenho de quadrinhos, caricatura e pintura em óleo, mas não fui bem nesses estilos, minha técnica, que ainda gosto de praticar, é o desenho realista, um talento que Nhanderú³ me deu.

O II Encontro de Educação Superior Indígena no Paraná

Como eu disse, não imaginava um dia falar perante um público em um evento, mas essa experiência eu tive quando estudava na UEL. Em 2005, uma grande causa indígena de que participei foi a luta contra a construção de uma usina hidrelétrica no Rio Tibagi que afetaria as comunidades indígenas do norte do Paraná. Nessa luta defendi a causa em reuniões e audiências. Na universidade, em 2008 fui convidado a participar da mesa no I Encontro de Educação Superior Indígena no Paraná, realizado na

³ Deus. “Nhanderú significa “Nosso Pai”.

Universidade Estadual de Londrina – UEL. Em 2009, esse Encontro teve sequência e foi realizado na Universidade Estadual de Maringá – UEM, nos dias 15 e 16 de setembro, e também fui convidado a participar da mesa. Foram eventos importantes tanto na minha trajetória acadêmica como na vida pessoal.

Nesse II Encontro, na UEM, um dos pronunciamentos iniciais foi do pesquisador Lúcio Tadeu Mota. Ele destacou a importância dos estudantes indígenas universitários para as suas comunidades, e ilustrou sua fala lendo para o auditório um texto de 19 de maio de 1933, escrito por um índio que sabia ler e escrever – fato incomum na época, e que particularmente considero de extremo valor simbólico. O texto era uma carta de chefes kaingang que denunciavam ao SPI (Serviço de Proteção aos Índios) os infortúnios pelos quais estavam passando (Mota, 1994: 203-204). Considero de muita importância esse fato histórico porque se tratava de comunicação, matéria do curso que eu fazia, e se tratava do uso da escrita e da palavra. Isso é uma lição e um exemplo para os povos indígenas e para nós guarani em particular, porque muitas vezes esquecemos do valor da palavra e do bem falar, que para o guarani deveria ser sempre o falar a verdade. Se um dia acabar terra e território, para o guarani tem de restar o falar corretamente e o respeitar a palavra. Falar corretamente significa falar a verdade e não enganar.

A observação do professor Lucio e a carta do índio kaingang, igualmente a outros textos e relatos que conheço, foram uma espécie de reforço e de confirmação para o meu objetivo na universidade, objetivo de aprender o que é do ywypóry, o não-índio, e levar conhecimento para o meu povo e para os parentes. Coincidentemente eu também trazia ali comigo no evento um texto, que tem muito a ver com a cidade de Maringá e com nós guarani, e que eu tenho como uma orientação para, mesmo hoje, estar atento aos sentidos, numa atitude de respeito à cultura guarani e também aos tudjákwéri, os mais velhos, esses que “agachados enxergam mais longe que um rapaz em pé”. Assim como o nosso ancestral coletava na mata o alimento e a matéria prima de que necessitava, o indígena universitário deve hoje “coletar” conhecimentos e prosseguir na cultura por outros meios. Se no passado o índio ia buscar a caça e tinha de atingir o alvo, porque na tekoá, a aldeia, crianças e velhos esperavam para saciar a fome, hoje temos de buscar não a caça, mas o conhecimento, temos de ser bons, atingir o alvo. Muitas vezes o nosso gwyrapá, arco e flecha, é outro; não é de madeira, cordão e penas, é, simbolicamente, por exemplo, o computador, as tecnologias, o livro, as ferramentas

necessárias ao trabalho. No computador, por exemplo, se pode buscar uma lei, uma informação, um projeto e meios de renda. Temos de levar a resposta que a realidade da aldeia pede e espera de nós. O gwyrapá de madeira, que no passado era usado para caça, pesca e guerra, hoje é feito para enfeite, para torneios e para venda como artesanato.

O texto que digo ter a ver com Maringá e com os guarani, recebi-o por e-mail da antropóloga Kimiye Tomasino e é para mim de muito valor. É a transcrição de uma entrevista feita na Secretaria da Cultura e Turismo de Maringá, em 1989, com a índia guarani Maria Conceição Ramos Alexandre, de nome indígena *Saraí*. Ela chegou a Maringá na década de 1930, e, em suas palavras, viu Maringá nascer. Na entrevista, Saraí conta que seu pai, ex-chefe de uma tribo, dizia, em relação à colonização, que o índio devia se adaptar, porque se quisesse viver como índio não sobreviveria. No seu falar autêntico, Saraí cita o conselho do pai, numa extraordinária previsão: “... nois não podia continua como índio porque a época ia mudá, nois tinha que muda, nois tinha que acompanhá conforme ia encontrando...” (Tomasino; Kimiye, 2008).

A “época” mudou. E, como a índia disse, o índio “acompanhou” e foi “encontrando”. Acompanhou as mudanças trazidas pela colonização, e encontrou meios com a sua capacidade de superação. Na nossa vida acadêmica as palavras de Saraí ressoam muito atuais. Ela dizia que seu pai era civilizado na maneira dele. Particularmente reconheço nesse índio um sábio e visionário. Não fosse pelo relato de Saraí suas palavras não estariam vivas, ainda que na forma escrita. E chegaram ao meu conhecimento por meio eletrônico – fenômeno impensável naquela época em que Maringá ainda nem era uma cidade.

Enfatizo esse fenômeno por sua particular dimensão semiótica. O pai de Saraí certamente nem imaginava que um dia seria possível conversar por meio da Internet. Sua comunicação à distância era outra. Saraí relata que os índios faziam pajelança. E explica isso, juntando termos tecnológicos ao seu jeito genuíno de falar:

“Pagelância é assim: Eu tô aqui preciso batê um telex prá Curitiba né então os índio bate telex por mentalidade sabe [...] Que dizê meu pai tava aqui ele queria que uma outra tribo de lá de Ponta Grossa soubesse dele se comunicava telepaticamente [...]”⁴.

Esses fatos que trazem o sobrenatural e o místico faz imaginar como foi o passado da minha comunidade, conforme ouço os mais velhos contarem, por exemplo, que antigamente quando faltava chuva lavradores de Santa Amélia pediam para os índios buscar a chuva, pois era eles pedirem para Nhanderú na Oý Gwatsú⁵ e a chuva vinha; e tantos outros acontecimentos de cura e milagre realizados pelos rezadores da aldeia, alguns deles ainda estão vivos.

O índio urbano e a colonização

Após a colonização a vida do índio mudou de forma perene. De livre ele passou a ser tutelado e mandado pelo Estado. Foi confinado a um espaço determinado não pela sua necessidade e pela sua cosmovisão, mas por uma política despreparada e hegemônica que, especificamente no Paraná, incorreu na seguinte contradição: A demarcação de terras já não seria naturalmente positiva para o índio, e a diminuição da extensão dessas terras, que ocorreu no ano de 1949 no estado, foi uma política contrária ao crescimento demográfico dos povos indígenas do estado. A presença de um órgão tutor, primeiramente o SPI e depois a FUNAI, e o pensamento formado na sociedade, por crença ou de propósito, de que o índio era incapaz, reforçado inclusive no Código Civil⁶, formavam um fenômeno muito ruim para o índio: ele se julgava muitas vezes incapaz e inferior, ignorava a manipulação do não-índio; e muitos indígenas não desconfiavam das consequências negativas da colonização na sua vida em comunidade.

Ainda hoje há indígena que nas questões territoriais, por não conhecer o próprio passado ou por não ter uma visão mais abrangente nesse assunto, se ressentem e discrimina o seu parente⁷ da cidade, o índio urbano.

Na própria FUNAI (Fundação Nacional do Índio), em que se deveria ter políticas e projetos de apoio ao índio da cidade, havia, pelo menos quando eu estudava na universidade, quem tivesse a visão equivocada ou o desconhecimento sobre o índio urbano e o seu passado.

⁴ Trechos da entrevista, na forma original.

⁵ Oý Gwatsú, Casa Grande, mais comumente chamada de Casa de Reza.

⁶ O Código Civil de 1916 dizia que o índio era relativamente incapaz. O Código Civil atual determina que a capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.

⁷ Sobre o termo “parente”, Luciano explica o motivo dessa atribuição entre os índios (Luciano, 2006: 31).

Eu percebia que esse tratamento diferente dado ao índio da cidade precisava ser revisto, considerando que se tratava de discriminação entre parentes e de agentes de um órgão indigenista. Mas, pessoalmente, me despertou para o estudo da situação do índio na cidade. Entre os que criticavam o índio da cidade parecia não haver o interesse de se informar da história e das dificuldades do índio que vivia fora da aldeia.

E o que é ser índio urbano? O que fez existir essa realidade, de haver índio urbano e índio aldeado, tendo ambos o mesmo ancestral? Foi a consequência da colonização e do desterro forçado (Luciano, 2006: 41). Se nas terras indígenas há dificuldade de todo tipo, seria pior se uma grande parte de seus índios não tivesse saído para morar fora. Viver na cidade não significa rejeitar a vida na aldeia, não é sinônimo de vida melhor, nem diminui a legitimidade e a identidade indígena.

Igualmente a uma parcela de índios no Brasil, estou no histórico do índio urbano. Moro na cidade, mas tenho vínculo com duas terras guarani, a Terra Indígena Laranjinha e a Terra Indígena Yvy Porã (a ser demarcada, conhecida como Posto Velho), aldeias que estão na história do meu ancestral, ambas distantes cerca de 130 quilômetros de Londrina, PR. Conheço a realidade dessas terras indígenas e contribuo para elas naquilo que posso. Também tenho ligação com a T. I. Pinhalzinho, que segundo relatos, minha avó paterna veio de lá.

Viver na cidade nem sempre é uma escolha pessoal. É, porém, a consequência da colonização e da desterritorialização ou precariedade territorial imposta pelo estado, fenômeno que muitos indígenas ainda não aprenderam a contextualizar. A vida fora da aldeia não me separa das causas indígenas, mas me dá uma visão abrangente que não teria de outra forma. Além disso, não seria correto me mudar para a terra dos meus avôs se essa decisão aumentaria ainda mais as dificuldades da comunidade, considerando que há pouca terra para muita gente.

Meus pais se mudaram para Curitiba logo após o casamento. Em Curitiba meu pai se tornou policial militar. Eu e meus irmãos nascemos em Curitiba. Tempos depois fomos transferidos para Santa Amélia, onde meu pai trabalhou até que foi assassinado, em 1973. Nós a família ficamos na cidade. Na época seria muito mais difícil ir morar na aldeia. Nem tivemos essa ideia. Passamos dificuldade e privação e não recebíamos qualquer apoio que o governo desse aos indígenas aldeados. Chegamos a ponto de pessoas da cidade sugerirem à minha mãe que ela doasse os seus filhos, devido a situação em que estávamos.

É possível um índio morar na cidade e estar em comunidade com sua aldeia como se morasse nela. Estando na cidade ajudo o parente aldeado conforme posso e procuro manter amizade com todos, sendo que na própria aldeia haja divisão. Tenho conhecimento básico do dialeto guarani-nhandéwa e para aprendê-lo ia e voltava a pé à noite, da cidade para a escola da aldeia, atitude que na própria aldeia nem todos tomavam; a estrada para a aldeia é perigosa, e a cada tempo ocorre mortes violentas ainda hoje.

Uma decisão que adotei e a considero correta foi de não me curvar aos discursos equivocados sobre a minha condição urbana, e nem penso em me mudar para a aldeia apenas com a intenção de me ver livre desses discursos, mas decidi enfrentar a realidade e mostrar que o índio na cidade pode manter sua indianidade e identidade étnica mesmo fora do seu território. Ir viver na aldeia deve, contudo, acontecer quando a indianidade e a identidade étnica reclamarem no consciente da pessoa, mas não na intenção de se aproveitar dos direitos e das políticas públicas que beneficiam os povos indígenas.

Quando eu estava na universidade fui criticado por agentes da FUNAI e até por indígenas sobre minha condição urbana. Mas, essas pessoas desconhecem que ser guarani é mais que viver na aldeia. É ancestralmente uma maneira de ser e estar no mundo e não apenas estar preso a um espaço demarcado com uma extensão baseada na visão do homem branco. A terra é um elemento essencial para o guarani, mas se um dia faltar a terra o guarani não pode desaparecer da sociedade. É aí inclusive que ele deve com toda sua força ser guarani. Eu percebo, porém, que muitos guaranis estão se “desguarinizando” dentro da própria aldeia, quando ele não se apegam mais aos costumes, à crença, à língua, à história e a outros elementos que fazem o “nhandereko”, o “nosso modo de viver”.

Serenamente carrego comigo a história e o falar guarani; e quanto à Casa Grande, a trago no peito e na mente. Não critico e nem desfaço dos parentes que fazem apresentação da cultura, dos cantos e da dança em lugares públicos; neste aspecto tenho um pouco de acanhamento e até o momento ainda não acho muito bom levar o que é do índio a esses lugares. Prefiro praticar o djeroký, a dança, na Casa Grande com txamõĩ⁸ e os que frequentam, à noite até a madrugada, onde não há câmera filmando ou fotografando.

⁸ Conhecido como pajé ou xamã.

Cada guarani deveria pensar na sua responsabilidade nesta vida. Deve resgatar o ser espiritual, e o praticar a boa fala. Cada guarani deve lembrar que tem a responsabilidade de trazer em si uma tribo passada e levar consigo uma tribo futura.

O indígena urbano é em geral ignorado. Ele está à mercê dos serviços públicos de saúde e da educação escolar da cidade e se não pagar imposto fica com dívida pública. Diferentemente, índios, e brancos, que moram em aldeia recebem recursos do estado como o ICMS Ecológico⁹, ajuda da CONAB¹⁰, têm atendimento médico e odontológico exclusivos, recebem educação diferenciada e têm a tutela da FUNAI.

Há certamente o índio urbano que negue a sua origem, mas não é atitude de todos. Por isso a generalização é injusta, e evoca o indesejado fenômeno guaranítico do “jejowy” ou “sufocação da palavra”, em que o guarani comete o suicídio, deixando essa mensagem para o mundo, quando o mundo é injusto. Certamente o guarani da cidade não vai se suicidar, mas, se ele é uma pessoa que contribui para as questões indígenas, pode ficar inibido e se sentir acuado de prosseguir com essa maneira de viver em comunidade quando é correspondido com a exclusão pelos próprios parentes.

Outra verdade é que a política que contempla só a aldeia é uma política de caráter geográfico e não uma cidadania com o ser humano indígena.

Atualmente há entidade, como a ONG Opção Brasil, que trabalha em favor do índio da cidade, e há também políticas neste sentido.

Aqui na Terra Indígena Laranjinha não tem acontecido o jejowy. Na verdade, talvez muitos nem saibam do que se trata e até mesmo não tenham ouvido falar dessa palavra. Eu pessoalmente até acredito que não devam ouvir, no meu receio de que possa desencadear esse ritual tão ruim e que infelizmente no estado do Mato Grosso do Sul é comum. Aqui houve o caso de uma pessoa, no passado, que o jejowy esteve perto dela. Foi a rezadora¹¹ Maria Defina, uma guarani da Terra Indígena Laranjinha, conhecida na aldeia como Dona Lica. Foi quando ela esteve com a família morando fora, entre os anos de 1945 e 1966. Se mudaram para Santa Isabel do Ivaí, no Noroeste do Paraná, e lá ela recebeu a mensagem de Nhanderú para voltar à aldeia e resgatar o mongaraí, que é a prática religiosa guarani, e que já tinha se perdido ou estava se perdendo. Antes, porém,

⁹ Lei Estadual que dá às aldeias do estado um valor que o governo repassa para municípios que têm terras indígenas.

¹⁰ Companhia Nacional de Abastecimento.

¹¹ Chamamos “rezador” o indígena que recebe a “reza” que é o canto guarani. Cada um recebe o seu próprio canto, e passa a ser um líder espiritual na Casa Grande.

de receber essa visão a Dona Lica tentara por várias vezes se matar com alguma coisa amarrada ao pescoço. Nessas situações os familiares a encontravam sempre caída embaixo dos pés de café na lavoura com coisas amarradas no pescoço. O motivo ninguém sabia e ela também não contava. O temido jejowy estava ali para sufocar as palavras que no futuro ia emanar da boca dessa anciã na Casa Grande para fortalecer os guarani do Laranjinha e ensiná-los a prosseguir no modo de ser. Depois dessa visão dada por Nhanderú, a Dona Lica e a família voltaram para a aldeia, e ela foi, juntamente com outras anciãs e anciãos, uma grande rezadora, uma mulher poderosa de cura, milagre e prodígio na comunidade.

O modelo de inscrição

Um dia à noite eu estava com uns parentes guarani na aldeia na casa de um tudjá, ancião; foi quando se falou que havia um vestibular para indígenas, para o índio que quisesse ter uma formação. Eu no momento não dei muita importância para aquilo. No outro ano, no segundo vestibular, apesar de não estar muito interessado fui à aldeia ver sobre o assunto. No entanto decidi não me inscrever porque se tinha de fazer uma declaração de que morava na aldeia, como inclusive alguns indígenas urbanos fizeram. Eu não achei isso correto, usar a mentira pra se ter um benefício; e essa não deveria ser atitude de um guarani. E agora sabemos que tal atitude se trata de uma ação criminosa. Prestei o Vestibular, na 3ª edição, em 2004, que foi realizado na Unioeste, porque nessa terceira edição o então cacique da aldeia, Mario Raulino Sampaio, meu primo, levou até a minha casa o material da inscrição; examinei o material e estava lá uma ficha de inscrição onde se pedia dados de endereço que davam a entender que indígena da cidade também poderia fazer a inscrição. Conforme divulgado, concorreriam às vagas candidatos índios pertencentes às comunidades indígenas existentes no Paraná que comprovassem o mínimo de dois anos de residência no estado do Paraná. Como sou pertencente a comunidade guarani do norte do Paraná, fiz a inscrição informando que eu era da cidade.

Posteriormente a exigência para o Vestibular foi a de ter morado por dois anos em uma terra indígena do estado, não importando quando. Com essa mudança aconteceu uma coisa interessante, nos dois primeiros anos uma indígena que morava em São Paulo, pertencente à Terra Indígena Laranjinha, não pôde se inscrever porque fazia mais

de dois anos que ela tinha ido embora da aldeia, mas eu morando no Paraná nos dois últimos anos pude me inscrever. Quando a exigência passou a ser a de ter morado por pelo menos dois anos em uma aldeia do Paraná, a indígena que morava em São Paulo pôde se inscrever, mas eu se não tivesse já passado no vestibular não poderia me inscrever por não ter morado em aldeia.

Esse modelo de inscrição, entretanto tinha um problema. Para efeito de lei, o candidato deveria, por tal exigência, ter morado por dois anos, num total de 730 dias, em uma aldeia do estado. Mas, o que se faria se fosse constatado que um candidato tivesse morado 729 dias? Ficaria impedido de prestar o vestibular? E também se a exigência tivesse a ver com vínculo, não seria possível garantir que todo índio crie vínculo com uma aldeia morando nela por 730 dias.

O Estado exigia que o índio tivesse morado em uma aldeia para que pudesse ter direito ao vestibular, mas por esse modelo de inscrição o estado não considerava que havia tomado terras indígenas e expatriado uma parcela dos povos nativos. Não se considerava também a falta de incentivo ou de possibilidade de viver fisicamente numa terra indígena demarcada.

Políticas que se baseiam pelas terras indígenas tem caráter geográfico, mas não são plenamente um reconhecimento ao ser humano indígena. Na Educação, precisamente, não se deveria excluir as crianças indígenas urbanas. Mas, se ocorre esse fato, que estímulo tais crianças terão de cultivar sua identidade étnica?

Tal política cumpre só parcialmente o artigo 14 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que determina:

Os Estados adotarão medidas eficazes, junto com os povos indígenas, para que os indígenas, em particular as crianças, inclusive as que vivem fora de suas comunidades, tenham acesso, quando possível, à educação em sua própria cultura e em seu próprio idioma (Nações Unidas, 2008: 20).

Se se considerar o número de índios em área urbana no país é possível ver o que existe de desterro. E se todos indígenas urbanos fossem voltar para a sua terra de origem haveria um impacto nas comunidades e no orçamento da União destinado aos povos indígenas aldeados.

Apesar de haver essa realidade do indígena urbano, é necessário também estar atento ao oportunismo que pode acontecer, principalmente pela interpretação que se dá à Convenção 169 que trata da autodeclaração indígena, ou seja, segundo essa

interpretação basta a pessoa se sentir índio que já é índio; mas, não deve ser esse o critério e o entendimento. Outro fato que pode gerar o oportunismo é devido as políticas públicas, como cotas ou vagas suplementares para indígenas nas universidades, para os quais aparecem índios de toda sorte, geralmente dizendo que suas bisavós foram “pegas a laço” ou “pegas a dente de cachorro”.

No censo do IBGE de 2010, consta que o Brasil tinha nesse ano 817.963 mil índios¹² (sendo 61,47% rural e 38,53% urbana), e 274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes¹³. Esses dados devem ser vistos com cuidado, pois o IBGE apenas faz pesquisa por meio de visitas e com pergunta e resposta, não tendo o IBGE um estudo aprofundado para apuração dessas informações dadas pelas pessoas. Também segundo disposto na Lei nº 5.534/1968¹⁴ apesar de toda pessoa sob jurisdição da lei brasileira ser obrigada a dar informação ao IBGE, essas informações são usadas exclusivamente para fins estatísticos e não podem ser objeto de certidão e nem ter eficácia jurídica, não serve de prova em processos, a não ser no que resultar de infração a essa lei.

Um quesito usado pelo IBGE foi: “Você se considera indígena?”, e era aplicado a pessoas residentes em terra indígena que se declaravam em categoria diferente de indígena no quesito cor ou raça¹⁵. Aqui há um problema, porque é fato que muitos não-índios moram em aldeia, e numa oportunidade dessas podem responder que se consideram indígena.

Tem acontecido nestes últimos tempos de caciques assinarem documento dando a não-índios a condição de indígena. Isso é grave, pode ser uma espécie de crime, talvez falsidade ideológica e falsa testemunha. No caso guarani não é parte da cultura fazer branco “virar” índio. Isso deveria parar, e os caciques que praticam tal ato serem punidos. Esses casos enfraquecem a luta indígena.

O número de línguas indígenas levantado pelo IBGE, 274 línguas ao todo, também deve ser revisto, porque o que se sabia até então é que era cerca de 180 línguas. O que pode ter acontecido para o IBGE levantar esse número elevado de línguas é que certamente uma mesma língua pode ter recebido nomes diferentes, como por exemplo

¹² <http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>

¹³ <http://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>

¹⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5534.htm

¹⁵ http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf

acontece de indígena chamar a sua língua de tupi ou tupi-guarani, quando na verdade esses são respectivamente nomes de tronco e família linguística.

Na história indígena há fatos contraditórios de certo modo ruim para o indígena, como a do índio que sendo vítima da colonização também ele próprio teve de negar sua identidade étnica (Luciano, 2006: 31). Meu pai, por exemplo, se declarava índio paraguaio, que seria como um status na época; e o líder Marcos Terena se passou por japonês por quatorze anos a fim de não sofrer na sua época as implicações de ser índio (Terena, 2007). Hoje, Marcos Terena¹⁶ é um defensor das causas indígenas e falante das sábias palavras.

A Universidade: uma nova área de influência

Antigamente o índio dependia de um perímetro de mata em volta do seu aldeamento, para a sua sobrevivência. Esse espaço territorial era a área de influência da tribo, necessária para o seu modo de ser, onde ele fazia a coleta, a caça e a pesca. Hoje as demarcações são uma garantia de espaço para o índio, mas o índio não pode defender as terras e rios que sofrem com a destruição e ficam fora da área demarcada. Contudo, é dever do Poder Público preservar o entorno das terras indígenas (BRASIL, 2012). O que se vê nesse entorno, no entanto, é o avanço do desmatamento, a poluição, a agricultura intensiva e outras influências negativas, pois não se trata de área demarcada.

O que acontece são sobreposições de território, onde o índio esteve em desvantagem. O território não índio se sobrepôs ao do índio. A geografia indígena, sobretudo, é diferente da geografia dos países do Continente. Uma é a geografia guarani, outra é a geografia kaingang, outra é a terena, e assim por diante. A geografia guarani, por exemplo, ocupa partes do Brasil, do Paraguai, da Argentina, da Bolívia e do Uruguai. É um mapa diferente dos mapas do Brasil e países vizinhos. A colonização e a cidade sobrepuseram territórios¹⁷ ao entrar nas áreas de influência indígena relegando o índio a um mínimo de terra.

¹⁶ Quando propus inteirar-me sobre o índio urbano, foi Marcos Terena quem me indicou o Projeto “Índios na Cidade”, da ONG Opção Brasil, organização que se preocupa com os índios desaldeados ou fora das suas terras.

¹⁷ O geógrafo Haesbaert trata do termo “território” em seu livro *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade* (Haesbaert, 2004).

Quanto a ideia de entorno pode-se dar uma nova significação. As vagas para indígenas no ensino superior acrescentam outro sentido à área de influência indígena. A universidade passa a ser um espaço-entorno de uso onde o índio busca não propriamente o alimento, mas conhecimentos para si e para o seu povo. Um índio do sul do Paraná pode estudar em outra região do estado e um índio de Santa Catarina, por exemplo, pode estudar no Paraná, na UFPR¹⁸.

Na complexa e diversificada geografia indígena passa a existir um mapa dinâmico semelhante ao que o geógrafo Rogério Haesbaert (2004) refere como territórios-rede. Haesbaert apresenta uma nova concepção de espaço:

Talvez seja esta a grande novidade da nossa experiência espaço-temporal dita pós-moderna, onde controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade [...] (Haesbaert, 2004: 279).

Até antes de ter as vagas para indígena no ensino superior, era a universidade, representada pelos pesquisadores, que ia até o índio em busca de conhecimento. Certamente as pesquisas, os projetos, os doutorados e a própria universidade não seriam os mesmos sem a contribuição indígena. O índio tinha uma presença simbólica ou representativa nas instituições, estava nas estantes das bibliotecas, nos módulos das disciplinas ou nas falas dos especialistas. Agora sua presença é real. E com essa presença indígena nas universidades é possível acontecer também uma interculturalidade mais rica e proveitosa.

Na universidade aprendemos que se deve ter o rigor científico nos estudos e nas pesquisas para que os resultados sejam verdadeiros. Aprendemos que existe diferença de significado nas palavras e nas expressões que antes tinham para nós a mesma definição e função, e os trocadilhos pareciam não ter tanto problema. Um exemplo é a diferença entre os termos “terra”, “território” e “territorialidade”. Assim como a territorialidade define a soberania de uma nação, e navios e aeronaves são extensões do território de um país mesmo estando geograficamente fora desse país, comparativamente o entorno de uma terra indígena deve ser considerado, não

¹⁸ Universidade Federal do Paraná.

necessariamente como propriedade indígena, mas como espaço de uso, pois é parte necessária para a sobrevivência física e cultural indígena.

Na UEL, por exemplo, os estudantes indígenas têm uma sala de estudos, como um centro acadêmico, que pode ser considerado um território ou territorialidade indígena; ali só frequentam estudantes indígenas e pessoas que sejam permitidas. Obviamente essa ideia de território não deve ser pensada no sentido de reivindicar aquele espaço como propriedade indígena, mas enquanto a universidade ceder aquele espaço para os estudantes será um entorno das terras indígenas.

Penso nessa realidade também no caso do índio urbano, ele continua em território indígena, mesmo estando fora da área demarcada. É um território indígena unicamente por haver um indígena ali. Quando estamos, por exemplo, reunidos em minha casa, que é na cidade, eu, o cacique e lideranças, para tratarmos de assuntos da aldeia ou para fazermos alguma pesquisa, minha casa é uma extensão da aldeia, é um território guarani. Nesse momento a cidade tem ali não apenas um lote e um imóvel, tem um território indígena, é a territorialidade indígena dinâmica se estendendo e se mobilizando.

Nessa ideia de uso do entorno, na universidade temos acesso a livros e textos que contribuam para nossa evolução pessoal; e a presença indígena nas instituições de ensino superior tem um aspecto social e político. Mais atento a esses fatos e à necessidade de conhecimentos da minha etnia, me veio à mente um pensamento que foi um desafio: eu poderia obter conhecimento muito além do curso que fazia. E, com esse pensamento, eu buscava me informar com especialistas, lia nos livros e pesquisava na Internet assuntos de administração rural, Meio Ambiente, Direito, Legislação Indigenista, Antropologia, Relações Humanas e demais que tivessem importância para a temática indígena e para a minha formação.

Quanto a Relações Humanas, o próprio termo eu desconhecia, mas uma professora me despertou para essa competência quando me deu livros desse assunto. A leitura desse tema me fez compreender a importância da comunicação eficaz. Os eventos cotidianos, como esse da professora, enriqueceram o meu histórico acadêmico e contribuíram para a superação das dificuldades.

Superar dificuldade é uma característica indígena. Há uma frase do filósofo argelino Albert Camus que diz “A grandeza de um homem consiste em sua decisão de ser mais forte que a condição humana”. Essa frase ilustra bem a realidade indígena. São

mais de 500 anos de resistência e defesa. O exemplo de superação que se sobressai, para nós no Paraná, especialmente, é o dos Xetá, índios que sofreram quase ao extermínio os efeitos atrozés de uma colonização etnocêntrica¹⁹.

O estudante universitário indígena tem um potencial papel político na universidade. Nesse sentido deve ele repassar informações aos líderes e às comunidades indígenas, esclarecer conceitos, falar da existência de outras ciências, explicar procedimentos burocráticos e levar os conhecimentos que possam contribuir para a comunidade, por exemplo, na defesa de seus direitos e na busca de meios de renda e trabalho.

A vida universitária

Fiz o curso de jornalismo por várias razões. Com a formação eu estaria preparado para escrever, registrar os conhecimentos e a história da minha etnia, colaborar nas causas indígenas e contribuir para quem da aldeia quisesse escrever.

No início do Vestibular Indígena se aconselhava o candidato a escolher um curso que pudesse contribuir para as causas indígenas. Seguindo esse entendimento, pensei em vários outros cursos antes de optar pelo jornalismo. O curso de Agronomia, por exemplo, já tinha um parente fazendo; alguns cursos como Medicina e Direito eu julgava muito difícil. Outros eu não escolhi porque não teriam muita função na questão indígena e não fazia nem um pouco o meu feitio. Pensei no curso de música e até mesmo em um curso de 3 anos da UEM na área da alimentação. Mas o jornalismo parecia ressaltar e cobrar de mim que escolhesse esse. Falei com Nhanderú a respeito de eu estudar e de escolher o jornalismo, e que se não fosse para eu estudar que Ele de alguma maneira impedisse. Falei isso ciente de que o impedimento poderia até ser um acidente ou outra situação ruim, de modo que eu ficasse impedido de estudar.

No início do curso tive muita dificuldade. O vestibular indígena facilita o acesso à universidade, mas considerando toda a condição para uma vida acadêmica, ingressamos despreparados e desinformados. Quando fui fazer minha matrícula no curso, por exemplo, nem sabia o que significava a palavra “graduação”, e por estar alheio à

¹⁹ A propósito, os Xetá foram tema no II Encontro de Educação Superior Indígena no Paraná, no qual a antropóloga Carmem Lúcia da Silva, que fez doutorado sobre a etnia, falou deles para o auditório. No evento tive o privilégio de conhecer Carmem Lúcia e falar com ela pessoalmente.

Filosofia, eu quis ser dispensado dessa disciplina pensando ser isso possível. As dificuldades ultrapassam a área acadêmica, eu não me sentia à vontade, por exemplo, em ambientes sociais.

Uma dificuldade que ressaltou em aula foi a de apresentar seminários e interpretar textos de temas complexos, como os de Teoria da Comunicação. Sempre gostei de ler, mas era leitura que exigia apenas atenção, como em livros de ficção e de história que não exigem necessariamente a leitura de outros textos. Já no ensino superior há uma quantidade de conceitos e novas ciências que requerem um grau maior de atenção e domínio de leitura. Outra coisa é ter de se adaptar rapidamente a memorizar endereços, códigos e senhas para tudo, agendar compromissos e aprender coisas corriqueiras, que para nós indígenas, e acredito que igualmente para pessoas do meio rural, às vezes são muito difíceis, e ainda tudo na cidade tem de ser comprado. Essas pequenas dificuldades do dia-a-dia se somam e interferem consideravelmente nos resultados do estudante indígena em sala de aula.

De modo geral, quando ingressei na universidade fui bem recebido. Houve alguns momentos de discriminação e tratamento egoísta, e isso apenas revelavam o desconhecimento da sociedade para lidar com a presença indígena.

Comecei a estudar na UEL em 2004 e no primeiro ano fiquei retido em três disciplinas. Em 2005, após ter dado uma entrevista e ido conhecer o estúdio da então “Universidade FM” da UEL²⁰, fui convidado a fazer atividade nessa Rádio. Como em 2005 eu estudava apenas três disciplinas, pude aceitar o convite.

Como disse anteriormente, antes de haver o vestibular indígena, às vezes em casa eu ouvia a Universidade FM. Não cogitava um dia estar na redação da Rádio tendo matérias minhas indo ao ar. Foi uma escola paralela que me ajudou muito no curso. Aprendi práticas de entrevista e redação de notas para rádio antes mesmo de ter aulas de radiojornalismo. Fiz entrevistas de temas diversos e contribuí para matérias de assunto indígena. Fiz uma sequência de matérias sobre a ocupação dos parentes guarani na terra do Posto Velho²¹, e participei da produção de reportagens sobre a construção da Usina Hidrelétrica Mauá, que seria construída no Rio Tibagi, perto de Ortigueira e Telêmaco

²⁰ Posteriormente o nome foi mudado para UEL FM.

²¹ Terra que no passado foi território indígena, mas depois aos poucos colonizada pelo governo. É uma terra que está situada no limite de três municípios: Abatiá, Ribeirão do Pinhal e Cornélio Procópio. A comunidade da Terra Indígena Laranjinha se dividiu e uma parte foi ocupar essa terra, para apressar o Estado a demarca-la.

Borba. Dois motivos na produção dessas reportagens me mobilizavam: o Meio Ambiente e a comunidade da Terra Indígena Mococa, em Ortigueira, afetada pelo projeto. Posteriormente ficou entendido pelo próprio empreendedor da obra que todas as terras indígenas do norte do estado do Paraná seriam impactadas pela construção da usina.

Mas, uma matéria que destaco da minha atividade na Rádio foi a de uma entrevista que fiz no Hospital Universitário da UEL, para o Programa Entrevista 107. Foi um aprendizado para lidar com o inesperado e o cálice alheio. A apresentadora do programa confiou a mim a pauta de uma entrevista com a mãe de uma criança internada. Naquela edição, do dia 05 de agosto de 2005, o tema seria o 34º aniversário do Hospital. Certamente o filho da entrevistada seria uma criança a receber alta de uma enfermidade passageira. Ignorávamos que o menino estava internado já havia um ano e meio e se encontrava no estado terminal de uma luta contra um tumor intracavitário – tipo de câncer indolor e traiçoeiro, que se manifesta em estágio avançado. A entrevista foi no dia do seu aniversário de 9 anos. No momento em que eu entrevistava a sua mãe, o garoto estava na UTI. No dia seguinte ele morreu.

Após esse incidente, o que se deveria fazer? Colocar no ar ou não o depoimento da mãe? A Rádio resolveu manter a entrevista devido ao relato emocionado que a mãe deu. Não houve falha na pauta porque a matéria era para os 34 anos do hospital e conteria o depoimento de uma mãe que estava usando os serviços do hospital. Mas julgando minha pouca habilidade na ocasião, se eu soubesse que a entrevista seria no dia do aniversário de uma criança com um tumor avançado no tórax e sua mãe há um ano e meio dedicava o tempo exclusivamente ao filho, talvez eu me julgasse despreparado. Consideraria-me sem a preparação formal para entrevistar uma mãe em seu estado emocional no limite.

Em 2006 tive de trancar matrícula, e nesse intervalo me preparei melhor para a produção textual e interpretação de textos. Uma maneira que cedo encontrei de conseguir melhores notas foi, sempre que possível, a de usar temas indígenas nos trabalhos e seminários. Esse recurso, como constatei nas conversas, era usado por outros estudantes indígenas. Com essa atitude o estudante pode obter boa avaliação do professor ao falar do que lhe é próprio, e divulgar a temática indígena na universidade.

Em 2008, fui indicado para ser um dos representantes dos estudantes indígenas na Comissão Universidade para os Índios (CUIA) da UEL. A comissão tinha dois representantes indígenas, um guarani e um kaingang. Fiquei representando os guarani. Também iniciei em um projeto para auxiliar os demais indígenas nos assuntos acadêmicos, e recebia uma bolsa para essa atividade. Depois de encerrado o projeto, percebendo a dificuldade de alguns alunos, resolvi continuar na atividade mesmo sem receber a bolsa, já que eu estudava de manhã e durante o dia permanecia na universidade.

No início de 2009, devido a descontentamento de estudante que não queria eu como membro da CUIA, decidi sair da comissão. Porém, os alunos na maioria manifestaram em favor da minha permanência, e por isso resolvi continuar.

Apesar de todo o conhecimento que obtive, ainda havia muito por aprender. A minha graduação não encerraria um projeto, mas, na temática indígena, seria um começo, mas estruturado.

Meu plano para depois de me formar era de produzir conhecimento na área do saber indígena. Também pretendia e ainda pretendo contribuir para uma modalidade de jornalismo presente no Continente Americano. Trata-se do Jornalismo Indígena. Essa modalidade surgiu historicamente da necessidade de divulgação e denúncia, em resposta a pouca atenção que a mídia dava às questões indígenas no Continente.

Formei-me em 2010. O tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC foi “Jornalismo Indígena e Jornalismo Indigenista”. Trabalho que fiz com muito empenho. Gostei muito de fazer esse trabalho pelas descobertas que a cada dia eu fazia. De início o tema seria apenas “jornalismo indígena”, depois percebi a grande atuação de pessoas não indígenas publicando de alguma forma matérias em defesa do índio. Em vez de fazer um recorte, eu preferi, até por não ter noção do que deveria ser um TCC, quanto mais recorte mais fácil e aprofundado seria o trabalho, fiz um acréscimo ao trabalho com o tema do jornalismo indigenista. O trabalho abrangeu todo o Continente Americano. Dentro do jornalismo indígena tratei da seguinte forma: jornalismo indígena no Brasil, jornalismo indígena nos países de língua espanhola e o jornalismo indígena nos países de língua inglesa.

Um fato interessante, e importante para a história do jornalismo indígena no Continente Americano, foi que nos Estados Unidos, durante as intensas lutas contra os índios de lá, no ano de 1828, o povo Cherokee, vendo que a mídia já naquela época não era favorável aos povos indígenas, criou seu próprio jornal, o Cherokee Phoenix, em sua própria língua nativa e em inglês, um jornal bilíngue.

Obtive no TCC a nota máxima, com indicação para publicação. E até o momento estou ainda juntando informação para incluir no trabalho e transformar o TCC em livro. É mais difícil conseguir material sobre o jornalismo indígena brasileiro do que dos outros países latinos e dos da América do Norte.

Os tudjákwéri e as nhandedjaryi

Tenho respeito e consideração aos guaranis mais velhos, os tudjákwéry, anciãos, e as nhandedjaryi, as anciãs. Como dizia Orlando Villas Bôas, “o velho é o dono da história”. Eles têm a história da aldeia e conhecem plantas e práticas culturais. Apesar da superioridade desses anciãos e de líderes, alguns me solicitam a palavra em assuntos de seu interesse. Uma senhora enfatizara uma vez inclusive que confiaria e passaria o seu saber para mim e não para os brancos. Nos convites que recebo para conversar, noto o que parece um anseio por atenção e por mostrar a sabedoria que possuem.

Ouçó-os com atenção, porque sempre em momento improvável surgem as belas palavras e os conhecimentos, sem aquela pretensão e ostentação, mas com sua simplicidade e sabedoria.

Lembro-me de um fato que posteriormente se somou aos motivos da minha escolha do Jornalismo: quando nem havia o vestibular indígena, propus para a anciã Maria de Lourdes Rerocaidjú²², da aldeia Laranjinha, que fizesse um livro de seus conhecimentos. Ela disse que não conseguia, e acrescentou: “Só se você me ajudar”. Mas, isso eu não pude fazer porque na época eu não sabia nada de publicação de livros, e sem os recursos que se tem hoje era difícil até de conseguir informação sobre o assunto.

²² Em guarani-nhandéwa o “r” é pronunciado como na palavra “porã” seja no começo das palavras ou no meio, e é a única forma de uso dessa consoante.

Na sua infância, essa anciã foi aluna do meu avô, Antenor Sampaio, na aldeia. A escola da aldeia tem alguns livros de chamada, de novembro de 1939, em que meu avô registrava a frequência dos alunos. Nessa data, Rerocaidjú tinha 7 anos. Hoje é uma anciã que possui um grande saber indígena. Ela tem contribuído na Educação como professora da língua guarani. Também preparou prova para o Vestibular Indígena, convidada pela UEM.

A FUNAI, os paradigmas e o futuro indígena

A partir de 2009 a Fundação Nacional do Índio foi reestruturada e passou por profundas mudanças. Até essa data haviam no Paraná três administrações da FUNAI, denominadas Executivas Regionais, uma delas era em Londrina. Atualmente as executivas regionais passaram a ser denominadas de coordenadorias regionais. No Paraná não há mais essas regionais, foram todas transferidas para a cidade de Chapecó, em Santa Catarina. Contudo tramita na justiça uma ação para que haja pelo menos uma regional no Paraná.

Especificamente a então Executiva Regional de Londrina, na época responsável pelas terras indígenas do norte do estado, por vezes falhou nas questões indígenas. Um caso sintomático, que mostra bem a situação, foi o de a regional não participar o Ministério Público Federal – MPF sobre o processo de demarcação da Terra Indígena Yvy Porã, localizada no município de Abatiá, norte do Paraná. Há muito tempo essa terra estava sendo reivindicada, e até 2005 não sabíamos que o MPF deveria acompanhar os atos do processo conforme determinam os artigos 129 e 232 da Constituição Federal. Na universidade fui aconselhado por uma antropóloga a me informar no Ministério. Fiz isso, busquei conhecimento sobre a situação daquela terra e comuniquei o cacique. Posteriormente fomos até o MPF de Londrina, e após relatarmos o caso, o MPF solicitou à FUNAI os documentos do processo dessa demarcação e passou a acompanhar o caso. Se o MPF tivesse acompanhado o processo desde o início talvez a área já estivesse demarcada.

Sobre os assuntos acadêmicos dos estudantes indígenas da UEL, havia na FUNAI de Londrina quem não interferia ou interferia positivamente. Havia também quem interferia de um modo que mais atrapalhava do que ajudava, até colocando um índio contra o outro.

Quanto à universidade, muitas decisões parecem ser ofensivas ao estudante, mas são de fato uma quebra de paradigmas e uma libertação do paternalismo e do imediatismo, instituídos pelo Estado. As universidades precisam fazer boas parcerias para concretizar o objetivo do vestibular indígena que é a formação superior. No caso da UEL, quando estive na CUIA percebi que a participação dos caciques nos assuntos acadêmicos seria fundamental e seria um avanço quando fosse adotada.

A universidade é uma mudança na história indígena. E essa mudança começa no vestibular, que por natureza é individualidade e concorrência, que contradizem a vida em comunidade. Não se deve ter o despreparo do índio como algo inato e intocável, e que as IES tem de se adaptar a tudo, senão o discurso da incapacidade indígena acaba tendo lugar na universidade. A conquista da graduação não deveria ser de apenas alguns estudantes mais preparados. A realidade mostra que há problemas que podem ser suprimidos antes do ingresso do índio na universidade.

A prioridade é preparar previamente o estudante, durante o Ensino Fundamental e Médio. De fato, seria urbanizar o índio dentro da sua aldeia, para evitar o impacto de se urbanizar na sala de aula da universidade. Ou seja, é necessário que o aluno esteja apto a interpretar textos, redigir, se comunicar e ser crítico. É aconselhável que o aluno conheça os recursos básicos de informática e Internet. Essa preparação prévia evitaria frustrações e vexames pelos quais há aluno que passa devido à defasagem do ensino que teve.

A formação dos estudantes é importante para a história indígena e é uma contribuição para a sua comunidade. Entretanto, ele precisa estudar consciente de que deve estar preparado também para o mercado de trabalho, que exige alta qualificação. A formação superior deve ser vista como um caminho para a independência. E isso é fundamental porque nas terras indígenas a cada ano a população aumenta, mas as terras serão sempre do mesmo tamanho, não vai ter emprego para todos que se formarem, e cada vez mais vão surgir dificuldades devido a esses fatos.

O desafio que se apresenta para o índio após sua graduação é a decisão de sair da aldeia se for o caso. Porque o fato é que para exercer a profissão muitos indígenas terão de sair para trabalhar fora, como outros que já têm saído, não no contexto de uma formação superior, mas em busca de vida melhor. Essa mobilidade para fora da aldeia é uma ampliação simbólica dos limites territoriais. Os indígenas que pela competência da graduação saírem das suas aldeias, sobretudo as de extensão territorial pequena,

deixando assim espaço para os demais, sem no entanto abandonar sua indianidade, paradoxalmente estarão conceituando ou reforçando um significado pós-moderno de vida indígena em comunidade.

Depois da graduação

Na minha infância meu pai não me ensinou nem me incentivou a participar da vida da aldeia, não me ensinou a língua, nem o modo de ser guarani, que chamamos “nhanderekó”. E depois, na adolescência e na vida adulta não participei da vida espiritual guarani, e mesmo a própria comunidade já não tinha a mesma frequência na Oý Gwatsú, a Casa Grande. Aprendi o guarani depois de adulto, mas não domino a fala, ainda tenho muito que aprender.

Quando criança eu tinha vergonha de dizer que era índio. E isso era frequente entre indígenas do meu tempo e mesmo os do passado, conforme ouvimos relatos desse tipo. Um fato porém, que sempre lembro e que tive como referência, foi uma vez estando com parentes não índios e um grupo de crianças brincando num rio, eu era a única criança indígena ali, e, destoando do natural, sendo eu indígena não estava na água, começaram eles a mencionar o fato de eu ser índio. Eu negava isso dizendo que não era. Lembro que um piá antes de se jogar de costas na água disse: “se eu fosse índio ia ter orgulho de ser índio!”. Isso ficou gravado na mente. Ali tinha uma criança que gostaria de ter nascido índio, enquanto tanta gente discriminava os índios, e nós indígenas muitas vezes negávamos o própria identidade.

Se antes de ter estudo minha relação com a minha aldeia era apenas de parentesco e amizade, depois que me formei no jornalismo essa relação já tem mudado bastante. Hoje posso contribuir de várias formas para a comunidade. Mesmo morando na cidade já fui membro da Associação de Moradores do Posto Indígena Laranjinha – Amopil, na gestão do cacique anterior. Atualmente faço parte da liderança, que é composta de cacique, vice-cacique e líderes; a liderança da aldeia não tem necessariamente um número fixo. Também sou membro do Conselho Indígena Estadual do Paraná, CIEP, na gestão de 2012-2016. Apesar de minha formação acadêmica ser no Jornalismo, o presidente do CIEP, Jucélio da Silva, guarani, me incumbiu da atividade de “assessor jurídico”; neste caso, apenas faço busca de leis, contatos e pesquisa, participo de reuniões e redijo documentos para as questões da aldeia e do Conselho.

Outra contribuição é na produção de material como montagem de vídeo, montagem de áudio e cartaz de eventos. Também tenho ajudado a escola da aldeia, por exemplo, na produção de material para datas comemorativas e documentos para o Núcleo Regional de Ensino – NRE. Agora em 2017 fui chamado para trabalhar na secretaria da escola local. Assim, continuo contribuindo para a escola e estou mais perto da comunidade.

Participo também como assistente de comunicação no projeto de uma escolinha de futebol dentro da aldeia, o Centro de Formação de Atletas Auinã – CFAA, criado por um guarani, para dar oportunidade de formação profissional para indígenas da aldeia local e de outras do norte do estado. Vários atletas já passaram por teste em clubes profissionais, com boa pontuação. Até o momento, março de 2017, não foi selecionado nem um jogador ainda, mas esperamos que logo algum deles possa atingir o nível exigido pelos clubes e ser aprovado em um time profissional. A escolinha tem um técnico de alto nível realizando um trabalho social; este técnico já preparou jogadores que hoje atuam em grandes clubes até em outro país. A escolinha tem como objetivos a formação do cidadão e a formação profissional para o futebol. Hoje tem atletas vindos de várias aldeias. O nome da escolinha é uma homenagem à índia guarani Auinã, jogadora profissional, natural da nossa aldeia, que é um orgulho para nós. Ela jogou no Santos FC e outros clubes e hoje está jogando na Colômbia.

Referências

- MOTA, Lúcio Tadeu. *As Guerras dos Índios Kaingang: A história épica dos índios kaingang no Paraná (1769 - 1924)*. Maringá: EDUEM, 1994.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006.
- NAÇÕES UNIDAS. *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas*. Rio de Janeiro: UNIC; Cuiabá: Entrelinhas, 2009.
- TERENA, Marcos. Vôo de índio. *Folha do Meio Ambiente*, abr. 2007. Disponível em: <http://www.folhadomeio.com.br/publix/fma/folha/2007/04/carta_terena176.html>. Acesso em: 13 nov. 2009.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 7.747, de 5 de junho de 2012. SUMULA: Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 06 jun. 2012. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=9&data=06/06/2012>>; e: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1141.htm>

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FAUSTINO, Rosângela Célia. *CUIA UEM*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <osias.uel@hotmail.com> em 16 nov. 2009.

TOMASINO, Kimiye. *Mais algumas* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <osias.mingo@ibest.com.br> em 20 set. 2008.

Recebido em: 30/01/2017.

Aprovado em: 22/03/2017.